

# II — Depoimento sobre a economia americana

**BENEDICTO FERRI DE BARROS**

O ano se abre, no plano mundial, com uma grande expectativa: se a recuperação prosseguirá, se estagnará, se será substituída por uma regressão. As esperanças estão depositadas no desempenho da economia americana no ano que se finda, a qual cresceu a uma taxa surpreendente de 6,5%, conseguindo reduzir o desemprego e manter a inflação ao nível de 3%, depois de ela haver atingido em 1979/80 o teto de 13,5% ao ano.

O que se pergunta é se essa recuperação se sustentará internamente e/ou se — em hipótese contrária — poderá ser substituída por um desenvolvimento econômico dos principais países europeus, que, a seu tempo, promoveria a saída desta crise que já dura dez anos, em agravamento contínuo.

No caso americano as dívidas se originam do fato de que, até aqui, esta é uma recuperação dos consumidores, e não dos empresários. A economia foi ativada pelo aumento do consumo e não dos investimentos: os empresários não parecem convencidos do terreno em que pisam, pois as encomendas de material pesado permanecem estacionárias e as construções industriais alcançaram seu ponto mais baixo dos últimos 11 anos.

Do lado europeu, o crescimento anual não superou 1,5%, embora à base dos últimos seis meses o crescimento das nações que integram a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OECD tenha alcançado a média anual de 4,75%.

Para muitos analistas mundiais, o primeiro surto da retomada de crescimento americano alcançou seu limite máximo de intensidade no primeiro semestre de 1983, arrefeceu no segundo, embora ainda mantendo taxas elevadas, e deverá reduzir-se no decorrer de 1984, diminuindo no primeiro semestre para se esgotar ao final do ano, quando se espera que Alemanha e Japão, principalmente, se revezem com os Estados Unidos na sustentação do desenvolvimento.

Outros consideram duvidosa essa reação, prevendo crescimento não superior a 1,5% para a Europa Ocidental, ou nem isso, hipótese em que se voltaria a nova estagnação ou a coisa ainda pior.

A grande variável nessa incógnita magna é o comportamento do dólar com suas múltiplas ramificações, principalmente suas relações com as demais moedas, e, acima de tudo, seu custo/rendimento expresso pelas taxas de juros. Estas permanecem exageradamente altas, aparentemente inabaladas e inabaláveis. Em dezembro de 1982, a prime-rate (taxa piso para empréstimos comerciais de risco mínimo) se achava em 11,5%; em dezembro do ano passado, em 11%; as previsões para dezembro de 1984 são de 11,5%. As demais taxas de juros americanas, inter-relacionadas entre si e à prime-rate, evidenciam igual comportamento. Isto

provoca, do lado dos custos, um efeito frenador sobre a expansão do consumo público e dos investimentos empresariais e, pelo aspecto do rendimento, drena poupanças externas, encarece o dólar com referência às demais moedas e reduz a capacidade de exportação americana, cujos preços hoje já se acham, pelos efeitos cambiais, cerca de 30% acima dos preços mundiais concorrentes. Basicamente por esse motivo, os déficits comerciais americanos com o mundo deverão alcançar este ano cerca de 67 bilhões de dólares — algo como 2/3 da dívida externa brasileira atual. Há quem preveja que o dólar sofra no decorrer de 1984 uma queda cambial da ordem de 5% em virtude especialmente do enfraquecimento da recuperação americana e de outros múltiplos e complexos fatores.

O comportamento do custo/rendimento (taxa de juros) do dólar é considerado pela maioria dos observadores europeus e americanos como algo anômalo, profundamente indesejável para a economia internacional, mundial e americana — para nada se falar do que nos diz respeito. Avalia-se que a variação de 1% nessa taxa afeta nosso saldo devedor em cerca de 700 milhões de dólares e que o aumento do preço do dólar eliminou os benefícios que poderíamos ter colhido da redução de preços do petróleo no mercado mundial, já que os pagamos em dólares.

Entretanto, não se espera para 1984 modificações políticas que possam alterar substancialmente esse comportamento. 1984 é ano de eleições nos Estados Unidos. O povo não quer aumento de impostos, o presidente não quer redução do déficit, o Congresso não quer diminuição das despesas sociais, mr. Volcker não quer aumento do volume de dólares. Os políticos americanos parecem de acordo com tudo isso, levando alguns a se perguntarem se a democracia americana não se tornou esquizofrênica ou não caiu em uma síndrome suicida. Aparentemente, não haverá mudanças de rumo. A única prevista é que, se a recuperação aumentar de ritmo além de certo ponto, ameaçando recrudescimento inflacionário, mr. Volcker calcará mais fundo no breque, reduzindo ainda mais o suprimento de dólares, com todos os efeitos de custo/rendimento já expostos.

Até aqui descrevemos apenas as incógnitas da economia mundial identificadas pelos analistas, tendo como centro a economia americana. A análise reporta-se a previsões exclusivamente para 1984. Não abrange o efeito de incógnitas extra-econômicas, políticas principalmente. Também não abrange incógnitas relacionadas a outras áreas. O Terceiro Mundo, o Sul, o Brasil, em particular, não estão incluídos, senão implicitamente, e por decorrência defasada, nessas avaliações. Nossa política e nossas perspectivas para 1984 são outras e muito diferentes, como veremos mais adiante.

(No artigo publicado dia 21.12.83, onde saiu "urbanistas" leia-se "urbanistas".)